

Número crescente de internautas e diversificação de serviços ampliam as ameaças à privacidade dos usuários, sujeitos a diversas modalidades de rastreamento, análise e cruzamento de informações e ainda desamparados por legislação específica

Uso da internet requer cautela

André Falcão

A INTERNET ESTÁ cada vez mais presente na vida dos brasileiros. De acordo com estimativas do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), 50% da população do país já tem acesso à internet em 2013. Para a maior parte desses usuários, ficou difícil imaginar o dia a dia sem as facilidades e as oportunidades trazidas pelos serviços de internet, como fazer transações bancárias, enviar declarações de imposto, ler notícias, fazer compras diversas, ver a programação do cinema, encontrar um restaurante, fazer pesquisas escolares, jogar, se comunicar com amigos e familiares, entre tantas outras.

O mesmo se dá com relação às instituições públicas, que vêm tirando proveito da internet para dar mais transparência aos processos de gestão e aumentar a participação do cidadão na vida pública, a exemplo do Portal e-Cidadania, do Senado Federal.

O crescimento da internet, no entanto, traz consigo o aumento dos riscos à segurança e à privacidade inerentes à configuração da rede mundial. Computadores pessoais ou grandes redes corporativas podem ser alvo de ataques maliciosos com diversas origens e finalidades (veja quadro ao lado).

Cristine Hoepers, gerente de Segurança do Centro de



Mesmo no ambiente virtual, os riscos são concretos e o usuário deve manter os cuidados da vida real com as informações pessoais

Estudos, Resposta e Tratamento de Incidentes de Segurança no Brasil (Cert.br), ligado ao CGI.br, lembra que um usuário de internet que venha a ter o computador comprometido pode enfrentar problemas como invasão de privacidade, furto de identidade, vazamento de informações, perda de dados e perdas financeiras.

O comitê gestor elaborou uma cartilha, disponível no site da instituição (veja o Saiba Mais), contendo as principais ameaças ao usuário de internet e sugestões de medidas para preservar a segurança e a privacidade.

Um dos conceitos apresentados na cartilha é que o principal risco no uso da rede é acreditar que não há riscos ou supor que o próprio computador não desperta interesse de ações

maliciosas ou criminosas. Os atacantes procuram ter acesso a grandes quantidades de computadores e fazem varreduras na rede para localizar qualquer um vulnerável.

— O computador comprometido pode ser usado para atividades como disseminar spam (mensagens de e-mail não solicitadas), aplicar golpes em outros usuários, servir de repositório para dados fraudulentos e ainda infectar, invadir e atacar outros computadores — explica Cristine Hoepers.

Segundo orientações dos especialistas do CGI.br, é importante que o usuário tenha as mesmas preocupações e precauções que toma na vida real, como escolher lojas confiáveis para comprar, não repassar informações a estranhos e não expor informações sensíveis,

como senhas de banco ou números de cartões de crédito.

Uso de dados

Mas se as medidas pessoais podem aumentar a segurança do usuário, há outras ameaças que fogem ao seu controle e que estão sendo tratadas na elaboração de um marco regulatório específico para a internet (veja matéria abaixo).

Em 2012, o CGI.br editou uma resolução em que declara que alguns sistemas de monitoramento utilizados por provedores prejudicam a privacidade do internauta e violam princípios para governança e uso da internet no Brasil. A finalidade é oferecer publicidade dirigida aos interesses do usuário, avaliado pelos assuntos que ele procura ao navegar.

O monitoramento, no entanto,

nem sempre é apresentado de forma clara ao internauta. Já a oferta de conteúdo personalizada pode criar problemas principalmente em computadores utilizados por adultos e crianças, pois os menores podem ser expostos a conteúdos impróprios.

Além dos provedores, os sites que coletam informações de uso para oferecer funcionalidades como carrinhos de compra e listas de produtos em sites de comércio eletrônico podem compartilhar indevidamente essas informações com outros sites, construindo um perfil de consumo do usuário.

A proposta de marco regulatório da internet (veja matéria abaixo), construída a partir da resolução do CGI.br, traz a preservação à privacidade como um dos pilares. Isso estaria de acordo com a necessidade de o indivíduo manter o controle sobre as informações que lhe dizem respeito, seja para proteger a vida íntima, seja para evitar o uso não consentido de dados por terceiros ou ainda para se proteger de vigilância indevida por instituições privadas ou pelo próprio Estado.

O debate sobre a regulamentação da internet se tornou mais urgente depois da revelação de práticas de espionagem eletrônica feita pelos Estados Unidos no Brasil, o que motivou a criação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) sobre o tema (veja matéria ao lado).

Aumento da segurança não depende só da lei, diz analista

Os dispositivos contidos na proposta de Marco Civil da Internet podem evidenciar limites na área da privacidade, que hoje são muito difusos, o que gera uma tensão no que pode ou não ser feito por empresas ou governos.

Miriam von Zuben, analista de segurança do Cert.br, pondera que o aumento da segurança na internet envolve tecnologias e processos. Segundo ela, é importante ter ferramentas adequadas para lidar com ataques do mesmo modo que é necessário considerar que as relações na internet não são diferentes daquelas feitas em outros meios.

— Pode ser que venham a existir casos em que condutas que só ocorrem via internet venham a ser definidas [como ilícitos penais], mas o que mais observamos atualmente são casos de furto, estelionato, escuta telemática, calúnia, difamação etc — afirma a analista.

Miriam avalia, de acordo com os incidentes acompanhados pelo Cert.br, que o aumento da segurança está mais relacionado ao incremento na formação de pessoal especializado em tecnologias de redes e desenvolvimento de software, do que na criminalização de condutas.

Principais riscos

Cartilha do Comitê Gestor da Internet identifica as principais ameaças a que os internautas estão sujeitos

- ▶ **Acesso a conteúdos impróprios ou ofensivos:** ao navegar, você pode se deparar com páginas que contenham pornografia, que atentem contra a honra ou que incitem o ódio e o racismo.
- ▶ **Contato com pessoas mal-intencionadas:** existem pessoas que se aproveitam da falsa sensação de anonimato da internet para aplicar golpes, tentar se passar por outras pessoas e cometer crimes como estelionato, pornografia infantil e sequestro.
- ▶ **Furto de identidade:** assim como você pode ter contato direto com impostores, também pode ocorrer de alguém tentar se passar por você e executar ações em seu nome, levando outras pessoas a acreditarem que estão se relacionando com você e colocando em risco a sua imagem ou reputação.
- ▶ **Furto e perda de dados:** os dados presentes em seus equipamentos conectados à internet podem ser furtados e apagados, pela ação de ladrões, atacantes e códigos maliciosos.
- ▶ **Invasão de privacidade:** a divulgação de informações pessoais pode comprometer a sua privacidade, de seus amigos e familiares e, mesmo que você restrinja o acesso, não há como controlar que elas não serão repassadas. Além disso, os sites costumam ter políticas próprias de privacidade e podem alterá-las sem aviso prévio, tornando público aquilo que antes era privado.
- ▶ **Divulgação de boatos:** as informações na internet podem se propagar rapidamente e atingir um grande número de pessoas em curto período de tempo. Enquanto isso pode ser desejável em certos casos, também pode ser usado para a divulgação de informações falsas, que podem gerar pânico e prejudicar pessoas e empresas.
- ▶ **Dificuldade de exclusão:** aquilo que é divulgado na internet nem sempre pode ser totalmente excluído ou ter o acesso controlado. Uma opinião dada em um momento de impulso pode ficar acessível por tempo indeterminado e pode, de alguma forma, ser usada contra você e acessada por diferentes pessoas, desde seus familiares até seus chefes.
- ▶ **Dificuldade de detectar e expressar sentimentos:** quando você se comunica via internet, não há como observar as expressões faciais ou o tom da voz das outras pessoas, assim como elas não podem observar você (a não ser que vocês estejam utilizando webcams e microfones). Isso pode dificultar a percepção do risco, gerar mal-entendido e interpretação dúbia.
- ▶ **Dificuldade de manter sigilo:** no seu dia a dia, é possível ter uma conversa confidencial com alguém e tomar cuidados para que ninguém mais tenha acesso ao que está sendo dito. Na internet, caso não sejam tomados os devidos cuidados, as informações podem trafegar ou ficar armazenadas de forma que outras pessoas tenham acesso ao conteúdo.
- ▶ **Uso excessivo:** o uso desmedido da internet, assim como de outras tecnologias, pode colocar em risco a sua saúde física, diminuir a sua produtividade e afetar a sua vida social ou profissional.
- ▶ **Plágio e violação de direitos autorais:** a cópia, alteração ou distribuição não autorizada de conteúdos e materiais protegidos pode contrariar a Lei de Direitos Autorais e resultar em problemas jurídicos e em perdas financeiras.

Fonte: cartilha CGI.br

Saiba mais

Cartilha de Segurança para Internet
<http://cartilha.cert.br>

Uso seguro da Internet
<http://www.internetsegura.br>

Projeto de Marco Civil da Internet
<http://bit.ly/PL2126>

Orientações para notificação de incidentes
<http://bit.ly/FAQnotificacao>

Veja as edições anteriores do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/jornal

Proposta de Marco Civil da Internet já está em debate no Senado

Antes mesmo de receber o projeto da Câmara dos Deputados, o Senado iniciou o debate sobre o Marco Civil da Internet (PL 2.126/2011). A Comissão de Ciência e Tecnologia realizou duas audiências nas últimas semanas e ouviu opiniões de especialistas, de representantes do governo e das empresas de telecomunicação e de tecnologia a respeito do projeto que estabelece os direitos e deveres básicos dos internautas. O autor do requerimento para os debates foi Vital do Rêgo (PMDB-PE).

O PL 2.126/2011 teve como base o documento *Princípios para a Governança e o Uso da Internet*, do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), que passou por consulta pública entre 2009 e 2010. Na Câmara, o projeto foi tema de vários debates e chegou a receber mais de 2 mil sugestões de emendas populares, de acordo com o relator, deputado Alessandro Molon (PT-RJ). O projeto de Marco Civil da



Vital do Rêgo (D) foi o autor do requerimento que antecipou o debate do Marco Civil da Internet na Comissão de Ciência e Tecnologia

Internet reconhece que o acesso à internet é essencial ao exercício da cidadania e estabelece que a disciplina do uso da rede não pode ser fornecida a terceiros, exceto com prévio consentimento do usuário.

Os pontos mais polêmicos do texto são os que estabelecem deveres para as empresas que lidam com internet. O princípio da neutralidade da rede obriga o tratamento isonômico de qualquer pacote de dados, sem distinção por conteúdo, origem

e destino, serviço ou aplicativo, proibindo discriminar ou degradar o tráfego em decorrência disso. Operadoras de telefonia celular alegam que isso prejudica o modelo de negócios: muitas delas vendem pacotes de tráfego de dados que permitem o acesso somente a sites e serviços específicos, como e-mail e redes sociais, bloqueando o acesso a páginas em geral.

Na audiência da CCT de 28 de agosto, o professor Carlos

Afonso Pereira de Souza, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), ponderou que a inteligência da rede mundial de computadores está “nas pontas”, em quem cria e em quem consome conteúdos. Para ele, qualquer tipo de bloqueio no tráfego gera impactos negativos nessa inteligência, pois afeta a usabilidade da rede, a escolha do consumidor, a geração de conhecimento e a inovação. Ele ressaltou também que a neutralidade da rede tem a ver com privacidade e liberdade de expressão:

— Se começo a discriminar o tráfego da rede, preciso monitorá-lo — disse.

Na mesma audiência, o diretor-presidente do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), Demi Getschko, elogiou o projeto por contextualizar o conceito de privacidade, estabelecendo critérios sobre que dados provedores e sites podem armazenar.

Espionagem na Petrobras gera reação

As denúncias de que a Petrobras teria sido alvo de espionagem dos Estados Unidos repercutiram ontem no Senado. Após reportagem do programa *Fantástico*, da TV Globo, que apontou a empresa brasileira como um dos alvos das interceptações, senadores foram ao Plenário pedir o cancelamento do leilão para exploração de petróleo no Campo de Libra, localizado na camada de pré-sal na Bacia de Santos (SP), marcado para 21 de outubro.

— É muito provável que a espionagem tenha recolhido informações estratégicas sobre esse campo, informações que outras empresas não têm e que apenas as empresas americanas teriam — destacou Rodrigo Rollemberg (PSB-DF). Na mesma linha, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) afirmou que o leilão está sob suspeita e pediu à presidente da República, Dilma Rousseff, a suspensão imediata do processo. O senador disse que o PSOL estuda recorrer ao Supremo Tribunal Federal



Rodrigo Rollemberg sugere vetar empresas norte-americanas em leilão



Vanessa Grazziotin defende adiamento do leilão caso haja insegurança

com o objetivo de cancelar o leilão.

— Já está viado. É um leilão de cartas marcadas. Não há como ele ser realizado — afirmou o senador, que apontou “latente interesse econômico” na questão.

Pedro Simon (PMDB-RS) também disse considerar “prudente” o adiamento. Ele lembrou que os termos do edital já vinham sendo criticados por especialistas mesmo antes da denúncia de espionagem. Resaltou o fato de que o potencial

CPI deve ouvir jornalista Glenn Greenwald

A presidente da CPI da Espionagem, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), disse ontem que o jornalista norte-americano Glenn Greenwald deverá ser um dos primeiros a serem ouvidos pela comissão, cujo plano de trabalho será definido às 14h30.

A senadora não descartou a hipótese de integrantes da CPI irem a Rússia para ouvir o técnico de informática norte-americano Edward Snowden, autor das denúncias de espionagem feita pelo governo dos Estados Unidos, que motivaram a CPI. A oitiva, no entanto, depende de autorização do governo russo.

— Desde já a gente deve fazer essa solicitação [ao governo russo] — afirmou, lembrando que o Senado se manifestou pela concessão de asilo a Snowden. Vanessa disse que a CPI deve pedir a Glenn Greenwald todos os documentos que lhe foram repassados por Snowden. Ela disse que o Brasil deve ter cuidado com a segurança jurídica de Greenwald, que mora no Brasil, mas é cidadão norte-americano. — Até agora, ele não é

procurado pela Justiça americana porque não cometeu nenhum crime. É um jornalista que não está fazendo nada mais do que divulgar as informações que tem. A gente percebe que ele é uma pessoa muito séria, que sabe que o que está fazendo pode ser muito bom não só para o Brasil, mas para o mundo inteiro, além de provocar transformações profundas nas relações entre os países — afirmou.

Vanessa disse que os diretores das empresas de telecomuni-



Comissão deve requerer documentos ao jornalista Glenn Greenwald



Segundo Pedro Simon, edital já vinha sendo criticado por especialistas

do Campo de Libra, entre 8 bilhões e 12 bilhões de barris, desperta “a atenção e a cobiça” de empresas de vários países. Para ele, empresas norte-americanas poderiam ser favorecidas com a espionagem sobre a Petrobras.

— Isso é realmente dramático. O que está parecendo é que a espionagem do governo é usada como pirataria, inclusive para favorecer as empresas americanas — afirmou.

Presidente da CPI da Espionagem, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) falou sobre a insegurança gerada pelas denúncias e frisou que não é possível manter o leilão, a não ser que haja “absoluta certeza” de que os dados não foram vazados.

Ela leu nota enviada à produção da TV Globo pelo diretor nacional de Inteligência dos Estados Unidos, James Clapper, na qual ele afirma que “não é segredo” a coleta de informações que sirvam aos Estados Unidos e seus aliados como “alerta precoce” sobre problemas financeiros de repercussão mundial.

que deve também procurar documentos sobre a participação delas na interceptação de conversas telefônicas. Ela propõe que o Brasil se associe a outros países para desvendar “o conjunto dessa operação [de espionagem], que é muito grave”.

A senadora qualificou como absurda a nota divulgada pelo governo dos Estados Unidos justificando a espionagem sobre a Petrobras como uma atividade necessária para antecipar crises financeiras internacionais. Ela disse ainda que, caso não haja “explicações contundentes” por parte dos Estados Unidos, a presidente Dilma Rousseff deve cancelar a viagem programada para outubro. Ela afirmou que as autoridades americanas não negaram a espionagem, mas, pelo contrário, a admitiram.

— Entretanto, não deram explicações que esperamos e por uma simples razão: não há nada que justifique a forma como o governo americano age contra o Brasil e contra vários outros países do mundo — afirmou.